



**PARECER JURÍDICO nº 026/2018 - RBF**

Projeto de Lei Complementar nº 08/2018

Autor(a): Executivo Municipal

**ALTERAÇÃO - ANEXO II - LEI COMPLEMENTAR Nº  
237/17 - PROJETO LEGAL E CONSTITUCIONAL.**

**1. RELATÓRIO**

---

Cuida-se de projeto de lei, de ordem do Exmo. Prefeito Municipal, que pretende alterar o Anexo II - Quadro Geral de Cargos de Provimento Comissionado e de Função Gratificada da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis e de Função Gratificada da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, da Lei Complementar nº 237, de 20 de janeiro de 2017.

A proposta se funda em criar 2 cargos de Coordenador Pedagógico - FG-2, extinguir 1 cargo de Direito de Escola - FG-2 e extinguir 1 cargo de Coordenador de Programas Especiais - FG-2, da Secretaria de Educação.

Foi trazida a estimativa de impacto financeiro e a declaração de ordenador de despesas.

Requeru a tramitação em regime de urgência.

É o breve intróito. Passo a opinar.



## 2. ANÁLISE JURÍDICA

---

### 2.1. Do requerimento de urgência

De início, o artigo 53 da LOMC - Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis, garante que, quando solicitado pelo Exmo. Prefeito a tramitação do projeto de lei em regime de urgência - e não de urgência especial, o feito tenha seu trâmite legislativo pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Assim, deverá atentar os nobres servidores e Edis sobre a solicitação alçada pelo proponente.

### 2.2. Exame de Admissibilidade

Adentrando na análise da proposição legislativa propriamente, observa-se que o projeto encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável.

Com efeito, por força do art. 59, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988 – CRFB/88 cabe à Lei Complementar dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Obedecendo a essa determinação constitucional, o legislador aprovou a LC nº. 95/1998 que assim dispõe:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, **indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;**

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;



III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;  
(grifo nosso)

Desse modo, observa-se que a proposição legislativa em comento encontra-se de acordo com a supracitada Lei Complementar.

Além disso, cumpre destacar que o projeto de lei está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade com o RICMC.

A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo reparo.

### 2.3. Da legalidade

Não há qualquer interferência que modifique a essência primária do projeto original, de tal forma, que essa Diretoria Jurídica reitera os termos lá mencionados, bem como opina pela legalidade e constitucionalidade do projeto de lei em comento, eis que, sem as ditas alterações, não será possível a continuidade do processo de aquisição do imóvel.

A propósito, a iniciativa pretende a criação de dois cargos comissionados e de função gratificada, contudo, também pretende a extinção de dois outros cargos, de forma que a estrutura da referida secretária permanece inalterada, apenas com a modificação quanto ao números de cargos respectivos.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**

**Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"**

ESTADO DE SÃO PAULO



Por fim, cumpre destacar que a legitimidade para a iniciativa legislativa é mesmo do Alcaide, que conforme disposição de lei de regência tem autonomia para estruturar suas secretarias.

### **3. CONCLUSÃO**

Nesse sentido, opino pela LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto de lei complementar nº 08/2018, devendo, outrossim, ser encaminhado na forma regimental às comissões permanentes, e, se o caso, ser enviado à Plenário, para discussão e votação, eis que é o órgão soberano dessa E. Casa de Leis.

Cordeirópolis/SP, 10 de Maio de 2018.

  
**ROBERTO BENETTI FILHO**  
**Diretor Jurídico**

**PROTUCOLO Nº**  
**00582/2018**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**  
**DATA: 10/05/2018 HORA: 13:16**  
**Autoria: Diretor Jurídico**  
**Assunto: Parecer ao Projeto de Lei Complementar Nº 8/2018 Dispõe sobre alteração do Anexo III, Quadro Geral de**